

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 08/2018

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2018

(Contém 21 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 8/2018

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2018

Aos vinte dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz, Albertina Maria Costa Oliveira, Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Sandra Cristina Lima Madeira Bernardo, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 6 de abril de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, não tendo a senhora Presidente participado na votação uma vez que não esteve presente na referida reunião e será assinada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara e pela Assistente Técnica, do Gabinete de Apoio Pessoal que secretariou a reunião.



ANTES DA ORDEM DO DIA:

PROCISSÃO DO SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES

A Senhora Presidente da Câmara informou que a Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres enviou convite a todo o executivo camarário para incorporarem a Procissão do Senhor Santo Cristo, que ocorre no próximo dia 6/05/2018, tendo informado que à semelhança do que tem sido habitual, a Autarquia irá disponibilizar transporte aos Senhores Vereadores que queiram participar na referida procissão.

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira informaram que participarão na Procissão e que para tal necessitam de transporte.

MORADIAS DA RUA DA ESPERANÇA – CABOUÇO

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que ouviu dizer que há um conjunto de pessoas que residem em habitações camarárias na Rua da Esperança, freguesia do Cabouco, que pretendem adquirir as casas ao Município e questionou se essa situação é verídica.

A Senhora Presidente da Câmara informou que aquelas casas não podem ser vendidas, houve contactos por parte de algumas famílias, que tinham o entendimento que ao fim de 25 anos podiam adquirir as casas onde residem por um valor residual, mas o facto é que isso não é verdade, não está previsto em nenhuma cláusula do contrato de arrendamento, o Município não tem a intenção de vender e a ser efetuada alguma venda terá de ser pelo valor patrimonial da casa e isso já foi devidamente explicado a quem manifestou esse interesse.

VIATURA AO SERVIÇO DA AUTARQUIA

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu na última reunião de Câmara questionou sobre uma viatura ligeira de mercadorias que está ao serviço da Autarquia, tendo a Senhora Presidente da Câmara respondido que a viatura em questão pertencia ao Senhor Emanuel Arruda e foi adquirida pelo valor de 10.000,00 E, possui capota e licença para transporte de pessoal, encontra-se em bom estado e uma vez que a viatura que fazia o transporte de pessoal, de barracas, toldos, palco, entre outros, avariou e com aproximar de um grande volume de trabalho, com a montagem e desmontagem de equipamentos para as várias festas de verão e eventos que a Câmara organiza e colabora, entendeu adquirir a mesma para colmatar uma necessidade dos serviços. Perguntou ao Senhor Vereador Carlos Augusto se

havia algum problema com a aquisição da mesma, tendo o Senhor Vereador respondido que esse assunto tem sido motivo de conversa nos cafés pelo facto do Sr. Emanuel Arruda ter apoiado a campanha eleitoral da Senhora Presidente, tendo a Senhora Presidente referido que tanto quanto se lembra todos os empreiteiros da Lagoa estiveram ligados à sua candidatura seja em listas seja na comissão de honra e que essa situação não a preocupa, porque a situação é uma aquisição sobre a qual há fatura e recibo e nada mais a acrescentar.

VIA CICLÁVEL

Na sequência da notícia sobre a intenção de ter uma Via Ciclável no Concelho, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou à Senhora Presidente o que era uma Via Ciclável, tendo a Senhora Presidente respondido que se trata de uma zona mista com zona ciclável e zona pedonal.

O Senhor Vereador questionou ainda se já existe algum projeto para essa Via Ciclável ao que a Senhora Presidente respondeu que não há nenhum projeto criado, o que fez foi apenas lançar um desafio aos senhores Presidentes das Câmaras de Ponta Delgada e Ribeira Grande, para pensarem numa zona ciclável que unisse os três concelhos e que permitisse uma via de ligação para bicicletas e pedonal entre os três Municípios.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado frisou que se a Senhora Presidente lançou o desafio aos concelhos vizinhos, deveria antecipadamente ter estudado pelo menos um percurso para a dita via, no território que compõe o nosso concelho, antes de lançar a ideia o que pelos vistos não aconteceu.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

- Hastear da Bandeira “Laço Azul” alusiva à Luta Contra os Maus-tratos Infantis;
- O Papel de um Município passa pela Dinamização Económica, Social, Desportiva, Cultural e Turística do Concelho;

- Grujola e Agrupamento de Escuteiros nº 96 no Rosário Desempenham um Papel Relevante no Concelho;
- Câmara Municipal de Lagoa Comemora Dia Mundial da Atividade Física com Jovens Lagoenses;
- Nova Imagem do Desporto no Município de Lagoa "Denota Diversidade, Riqueza Desportiva e Vontade de Construir";
- Quinta da Paródia, na Lagoa, será um Projeto Inovador na Ilha de São Miguel;
- Instituições Lagoenses são Fundamentais para o Desenvolvimento do Concelho;
- Lagoa Acolheu III Semana da Saúde Escolar;
- Lagoa vai ter Dois Novos Equipamentos Sociais;
- Peças de Teatro dos Alunos Lagoenses Refletem uma Cidade Educadora;
- Convento dos Franciscanos na Lagoa Acolheu a X Feira do Livro "Patrimonia";
- Caminhada na Lagoa representou um Passo para Sensibilizar as Pessoas para o Autismo e para o Respeito pela Diferença.

Na sequência da nota sobre a apresentação da Nova Imagem do Desporto da Lagoa constante da Informação da Atividade Camarária, o Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou o Senhor Vice-Presidente sobre o que se pretende alcançar na prática com essa nova imagem do Desporto na Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Martins Mota, respondeu que pretende que haja um espírito de conciliação, coesão e inter-ajuda entre todos os clubes desportivos do concelho em torno do objetivo comum, de incremento e alargamento da prática desportiva no Município. O tempo assim o demonstrará.

Esta imagem representa, igualmente, o início de um modelo motivacional e de proximidade para o desporto lagoense e que levará o seu tempo a ser implementado."

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se não será necessário criar um grupo de trabalho para fazer o acompanhamento dos clubes desportivos e do desenvolvimento das suas atividades.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que o desporto deve ser pensado no seu todo e esse acompanhamento será efetuado pelo serviço de desporto da autarquia, acrescentou que está nos objetivos da política desportiva municipal a prática inclusiva e como tal encontra-se em preparação a implementação da oferta de desporto adaptado. Além disso, será

implementado, a partir de Maio, a prática, gratuita, durante uma hora por semana em cada freguesia para a população sénior.

Essa prática será, preferencialmente, desenvolvida ao ar livre e ocasionalmente, quando as condições meteorológicas assim o impuserem, em recintos fechados.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual será o papel das Juntas de Freguesia nesse processo, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que as Juntas de Freguesia irão identificar as pessoas e incentivar à participação.

Mais informou que ao nível dos clubes desportivos pretende-se apostar na formação ao nível do corpo técnico, nomeadamente através da realização de estágios de fim de semana.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que o desporto individual possui um maior potencial em relação ao desporto coletivo, desde logo por ser diferente e ter muito potencial ao nível da educação das crianças e jovens, uma vez que os desportos de grupo não têm conseguido alcançar esse objetivo. Salientou que é muito importante não descuidar a faixa etária dos 17 aos 19 anos, pedindo que se alertasse os responsáveis para essa situação. Aproveitou a ocasião para felicitar o Senhor Vice-Presidente pela iniciativa e vai aguardar para ver os proveitos.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira solicitou esclarecimentos sobre o projeto da Quinta da Paródia.

A Senhora Presidente da Câmara informou que se trata de um investimento privado, pertença da Dra. Sofia Borrego, que há alguns anos adquiriu uma quinta com grandes dimensões na Canada das Mercês, no lugar da Atalhada, e tem uma candidatura aprovada pelo PRORURAL.

Será um espaço com duas componentes, uma vertente lúdica e pedagógica e um espaço para comércio. A ideia será proporcionar um espaço onde pais e filhos possam visitar a quinta, contactar com o campo e a pecuária, onde as crianças poderão conhecer e contactar com os animais e ajudar na sua alimentação, e outra zona será a de cafetaria e loja onde os clientes poderão adquirir compotas entre outros produtos confeccionados a partir da produção da quinta.

Este projeto tem um interesse particular para a Lagoa pois certamente trará mais visitantes à Lagoa e contribuirá para o desenvolvimento económico do concelho.

A Câmara Municipal está a proceder ao alargamento da canada devido ao estado do piso e também tendo em conta aquele investimento privado, aproveitando para passar tubagens de água, acrescentando que existe outra propriedade onde será implementado um investimento turístico.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual era a área da quinta ao que a senhora Presidente respondeu que não sabia precisar a área.

Em relação aos dois novos investimentos que irão nascer na Lagoa, designadamente o CAO e o Lar Residencial, o Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que a sua localização parece-lhe deslocada do centro urbano da Lagoa.

A Senhora Presidente da Câmara informou que aqueles dois equipamentos irão nascer num terreno que foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa há 17 anos, já com o intuito de ser criado o CAO e uma Creche. O CAO sempre foi uma aspiração da Santa Casa e o pagamento daquele terreno tem sido assumido unicamente pela Santa Casa.

Inicialmente o Governo Regional tinha a intenção de construir um CAO e uma Creche, mas há cerca de três anos houve uma mudança e a prioridade passou a ser o CAO e o Lar Residencial. Entretanto foram solicitadas muitas retificações ao projeto inicial e agora encontra-se em fase de licenciamento.

Apesar de se situar fora do centro urbano, este terreno tem uma excelente localização porque se situa junto ao nó da via rápida que faz a ligação entre os concelhos vizinhos, informando igualmente que o projeto prevê a abertura de uma entrada mais afastada da curva que permitirá uma melhor visibilidade e segurança dos utentes.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E EXPEDIENTE GERAL:

PONTO N.º 2 – INFORMAÇÃO – FIM DO PRAZO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DOS CAMPOS MUNICIPAIS

Pela Senhora Presidente foi apresentada a Informação dos Serviços Camarários informando que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões à proposta de Regulamento de Utilização e Cedência dos Campos Municipais, que foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 38, de 22 de fevereiro de 2018, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de Regulamento de Utilização e Cedência dos Campos Municipais, nos termos da alínea k) do n.º

1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 3 – INFORMAÇÃO – FIM DO PRAZO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO AO PEPGRA

Pela Senhora Presidente foi apresentada a Informação dos Serviços Camarários informando que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões à proposta do Plano Municipal de Ação ao PEPGRA, que foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 38, de 22 de fevereiro de 2018, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter a proposta do Plano Municipal de Ação ao PEPGRA, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – HASTA PÚBLICA PARA ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DA FESTA BRANCA DO CONVENTO

“Em respeito da salvaguarda dos princípios da transparência, da igualdade, da concorrência e da publicidade, deverá ser efetuada consulta pública aos potenciais interessados, para a exploração de bares da festa Branca, a ocorrer na noite de 18 e madrugada de dia 19 de agosto de 2018

Assim, ao abrigo do disposto na alínea qq) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, apresenta-se, para aprovação, o presente procedimento de hasta pública para adjudicação do direito de exploração dos Bares da Festa Branca do Convento dos Frades, nas condições abaixo fixadas:

I. CONDIÇÕES DA ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DA FESTA BRANCA DO CONVENTO

1. Entidade Adjudicante:

Câmara Municipal de Lagoa.

2. Objeto da Hasta Pública:

Pelo presente procedimento de Hasta Pública, o Município de Lagoa pretende adjudicar a exploração de 6 Bares no evento da Festa Branca do Convento, sito na Rua de Santo António, freguesia de Santa Cruz, Lagoa (Açores) que se realizará na noite de 18 e

madrugada de dia 19 de agosto de 2018, para, obrigatoriamente, prestar os seguintes serviços e comercializar os seguintes produtos:

BARES

Ponto de venda/fornecimento, com confeção no local, de refeições ligeiras: caldo verde e bifanas, café, aperitivos, águas, refrigerantes, bebidas alcoólicas e espirituosas diversas.

A Autarquia de Lagoa fornecerá alguns equipamentos necessários à exploração dos bares, nomeadamente barracas, mesas e cadeiras, à exceção de utensílios necessários à confeção e comercialização dos bens pelos bares tais como pratos, talheres, copos, máquinas de cerveja e sumo.

3. Duração da exploração:

- a) O direito de exploração é concedido a título precário, pelo prazo de 1 dia, no dia 18 de agosto de 2018 coincidente com a duração do evento.
- b) O adjudicatário terá acesso ao recinto do evento e aos bares em particular no dia 17 de agosto de 2018 para proceder à instalação dos equipamentos no bar e transferência dos bens ali a comercializar.
- c) Terminada a exploração, o adjudicatário dispõe do prazo de 2 (dois) dias, não úteis, para proceder à entrega dos bares, livres e desocupados, no mesmo estado em que se encontravam quando se iniciou a cessão e devidamente limpos sendo que não terá direito a qualquer retenção ou indemnização.

4. Horário de funcionamento:

- a) O horário de funcionamento dos bares é, em regra, salvo indicação em contrário ou acordo entre as partes, coincidente com o horário do evento, pelo que terá o seguinte horário de funcionamento:

23:00 – 06h00

- b) O referido horário poderá ser readaptado por acordo entre as partes. Contudo, em caso algum, o horário de fecho dos bares ultrapassará as 07h00.
- c) Durante o horário de funcionamento dos bares poderá vir a ser autorizada, mediante prévio requerimento fundamentado dirigido à Câmara Municipal, música ao vivo.

5. Período de Funcionamento:

Os bares irão necessariamente laborar a 18 de agosto de 2018 e madrugada de 19 de agosto de 2018, não podendo encerrar, sem motivo justificativo, no referido período.

6. Tipologia, Materiais e do Bar, Esplanada e Zona do Bar:

- a) A tipologia, cor e materiais dos bares serão previamente submetidos à apreciação da Câmara Municipal de Lagoa, mas, em regra, não poderão conter qualquer menção publicitária.

- b) Sem prejuízo de prévia aceitação por parte da Câmara Municipal de Lagoa, em regra, é expressamente impedida a edificação ou instalação de qualquer estrutura, fixa ou amovível, duradoura ou temporária, que forneça qualquer tipo de cobertura à zona de bares.
- c) Não poderão ser instalados televisores ou sistema de colunas áudio na zona dos bares.

7. Contrato:

A exploração dos bares é titulada por contrato, a celebrar nos dez dias seguintes à notificação da adjudicação.

8. Preço:

- a) O preço devido pela exploração dos Bares é composto unicamente por uma componente fixa, resultante do valor da proposta do adjudicatário mas que em caso algum poderá ser inferior ao preço base previsto no presente procedimento.
- b) O pagamento do correspondente preço será realizado nos 7 dias seguintes ao da realização do evento a que disser respeito.

9. Obrigações especiais do adjudicatário:

- a) Obter, e manter válidas, todas as licenças necessárias ao exercício da atividade a desenvolver nos bares;
- b) Não dar outro uso ou destino aos bares ou sublocá-los ou ceder a sua utilização, no todo ou em parte, sem o consentimento escrito da Câmara Municipal de Lagoa.
- c) Prestar os seguintes serviços e comercializar os seguintes produtos e nas seguintes condições:

- BARES:

Refeições ligeiras: caldo verde e bifanas, café, aperitivos, águas, refrigerantes, bebidas alcoólicas e espirituosas diversas.

- d) Comunicar à Câmara Municipal de Lagoa as anomalias ou deficiências detetadas;
- e) Conservar em bom estado o espaço e instalações dos bares, as mesas e as cadeiras;
- f) Expor, de modo organizado, os produtos comercializados no interior dos bares, não podendo, em caso algum, utilizar o espaço exterior do mesmo para o efeito;
- g) Manter o espaço envolvente à zona dos bares em bom estado de limpeza;
- h) Não afixar qualquer publicidade no exterior dos bares sem prévia autorização da Câmara Municipal;
- i) Zelar pela segurança e vigilância dos bares, objeto de exploração;
- j) Não proceder a obras no local;
- k) Respeitar o horário e período de funcionamento dos bares;
- l) Não instalar qualquer tipo de estrutura no local, sem que esta seja prévia e expressamente aceite pela Câmara Municipal;

- m) O adjudicatário é obrigatoriamente responsável por quaisquer danos causados a terceiros, pessoas ou bens, decorrentes da exploração, bem como danos causados por pessoal de serviço e ainda danos que os seus fornecedores provoquem nas instalações;
- n) O adjudicatário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações, relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor;
- o) O adjudicatário e o seu pessoal deverão cumprir as regras de higiene e limpeza no decorrer de todas as tarefas inerentes à sua atividade;

10. Transmissibilidade de direitos:

O adjudicatário do direito de exploração dos bares não poderá sublocar ou ceder a exploração do bar, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, sem o consentimento prévio expresso e por escrito da Câmara Municipal de Lagoa.

11. Fiscalização:

- a) A Câmara Municipal de Lagoa reserva-se o direito de proceder a vistorias e inspeções dos bares, sem aviso prévio, a fim de constatar o cumprimento das presentes normas e dos compromissos assumidos.
- b) A Câmara Municipal de Lagoa reserva-se o direito de inspecionar as instalações destinadas à cedência de modo a detetar anomalias ou deficiências que comprometam o funcionamento e exploração dos bares;

12. Rescisão do contrato

A violação de qualquer das obrigações contratuais desta exploração, faculta à Câmara Municipal de Lagoa o direito de resolver imediatamente o contrato, tudo sem prejuízo de se instaurar o procedimento de cobrança coerciva dos valores em dívida.

II. DAS PROPOSTAS

13. Propostas

As propostas de exploração dos Bares serão obrigatoriamente reduzidas a escrito, em computador, com a indicação do preço proposto, declaração de aceitação, integral, das condições da presente Hasta Pública, e acompanhado do «curriculum vitae» dos candidatos e outros elementos que os candidatos considerem relevantes e serão apresentadas em envelope fechado (O envelope deve ter escrito por fora a seguinte indicação: "Proposta de Gestão de Bares da Festa Branca do Convento, situado na Rua de Santo António, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa (Açores).

As propostas deverão ser entregues contra recibo, na Câmara Municipal de Lagoa, sita no Edifício dos Paços do Concelho, Largo D.João III, 9560-045 Santa Cruz – Lagoa, Açores ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de receção.

14. Habilitação dos candidatos:

Serão admitidas propostas de pessoas coletivas ou singulares.

15. Prazo de apresentação das propostas:

10 (Dez) dias úteis, a contar da data da publicação do Edital.

16. Abertura de Propostas:

- a) A abertura das propostas será realizada no Edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lagoa, às 10h00 do primeiro dia útil seguinte à data limite para apresentação das propostas.
- b) O título jurídico dos direitos conferidos ao concessionário é um contrato que deverá ser celebrado nos dez dias após a comunicação da adjudicação.

17. Causas de Exclusão das propostas:

Serão excluídas as propostas que contrariem o disposto nas presentes Condições de adjudicação do Direito de Exploração dos Bares da Festa Branca do Convento, nomeadamente, que apresentem um valor inferior ao preço base.

Contudo, serão admitidas propostas que prevejam condições complementares às exigidas.

18. Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes às obrigações e condições das aqui previstas, mas são admitidas propostas complementares às referidas obrigações e condições.

19. Preço base das propostas:

O preço base das propostas, pela cedência de exploração dos 6 bares será **de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros)** pelo dia do evento, a liquidar nos 7 dias seguintes à da realização do evento, a que acrescerá IVA à taxa legal em vigor.

20. Custo da Instalação e Exploração

Os custos inerentes à exploração e manutenção dos Bares correrão, exclusivamente, por conta do adjudicatário do direito de exploração dos bares.

21. Critério de Adjudicação - Escolha da proposta e sua ponderação:

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Município de Lagoa, determinando-se esta pela apreciação dos fatores a seguir indicados, devidamente hierarquizados segundo a sua incidência e ordenados por ordem decrescente de importância:

- a) Contrapartida Financeira – 60%;
- b) Experiência profissional na realização desta categoria de eventos ou similar, no ramo da restauração/hotelaria/turismo ou similar – 40%.

21.1. A pontuação a atribuir a cada um dos factores varia de 0 a 100 pontos.

21.2. As propostas serão avaliadas segundo os métodos de cálculo e pontuação que a seguir se apresentam:

- a) Contrapartida Financeira (CF) – 60%

A avaliação deste fator é realizada da seguinte forma:

I - À proposta que apresente uma contrapartida financeira no valor 1.500.00€ (mil e quinhentos euros) é atribuída a pontuação de 0 (zero);

II - Às restantes propostas são atribuídas pontuações superiores, de forma proporcional, atendendo à seguinte fórmula:

Onde:

$$\text{Pontuação (CF)} = \frac{\text{VA} - \text{VM}}{\text{VA}} \times 100$$

Pontuação (CF): é a pontuação a atribuir à proposta em análise para o factor CF, arredondada às centésimas;

VM: corresponde ao valor mínimo de contrapartida financeira do concurso em euros (1.500,00€);

VA: é o valor, em euros, da proposta em análise.

b) Experiência profissional do proponente na realização desta categoria de eventos ou similares ou de 1 ano na exploração de bar, restauração, hotelaria ou similar (EP) – 40%

A avaliação deste fator é realizada da seguinte forma:

I - À proposta que não apresente qualquer experiência profissional na realização desta categoria de eventos ou similares ou exploração de bar, restauração, hotelaria ou similar será atribuída a pontuação de 0 (zero) pontos;

II - Às restantes propostas serão atribuídas pontuações superiores, consoante a seguinte tabela:

Com experiência na realização de 1 evento desta natureza ou de, pelo menos, 1 ano na exploração de bar, restauração, hotelaria ou similar	100
Com experiência na realização de 2 eventos desta natureza ou de, pelo menos, 2 anos na exploração de bar, restauração, hotelaria ou similar	75
Com experiência na realização de 3 eventos desta natureza ou de, pelo menos, 3 anos na exploração de bar, restauração, hotelaria ou similar	50
Por cada realização eventos desta natureza ou cada ano na exploração de bar, restauração, hotelaria ou similar	1 ponto até perfazer um máximo de 10 pontos

21.3. A classificação final de cada proposta, arredondada às centésimas, obtêm-se multiplicando os valores pela respectiva ponderação atendendo à seguinte expressão matemática:

$$\text{Pontuação Final} = \text{CF} \times 0,6 + \text{EP} \times 0,4$$

A ponderação das propostas será efetuada por uma comissão, composta por três membros, por meio de relatório fundamentado tendo em consideração os seguintes critérios de ponderação das propostas:

21.4. Em caso de empate das propostas será dada preferência à proposta apresentada em 1.º lugar.

22. Comissão:

A Comissão é composta por:

3 Membros Efectivos:

- a) Presidente: Dr. João Furtado Sousa, na qualidade de Presidente;
- b) 1.º Vogal – Dra. Verónica Almeida, Chefe de Gabinete;
- c) 2.º Vogal – Silvina Rocha – Coordenadora Técnica

Membros Suplentes:

- a) 1.º Vogal – Clara Ganhão, Chefe de Divisão
- b) 2.º Vogal – Cármen Raposo, Assistente Técnica

23. Adjudicação:

- a) A adjudicação do direito de exploração dos Bares é feita pela Câmara Municipal de Lagoa, tendo por base o relatório elaborado pela Comissão prevista no número anterior, na primeira reunião ordinária que se seguir à abertura das propostas.
- b) A adjudicação do direito de exploração dos bares será notificada ao adjudicatário por carta regista com aviso de receção.
- c) Nesta notificação será feita indicação da data, hora e local, da celebração do respetivo contrato.

24. Responsabilidade e Seguro:

- a) Na data da celebração do respetivo contrato, adjudicatário do direito de exploração dos bares apresentará Apólice de Seguro multirriscos que cubra todos os danos próprios que os bares possam vir a sofrer, entregando, para o efeito, uma cópia à Câmara Municipal de Lagoa.

- b) O adjudicatário do direito de exploração dos bares é responsável por quaisquer danos causados a terceiros, pessoas ou bens, decorrentes da exploração, bem como danos causados por pessoal de serviço e ainda danos que os seus fornecedores provoquem nas instalações.

25. Início da Atividade:

Após a celebração do respetivo contrato, o adjudicatário do direito de exploração de bares fica obrigado a dar início à atividade até 18 de agosto de 2018. Em caso de não cumprimento do referido prazo, a adjudicação é considerada sem efeito.

26. Publicação:

Esta Hasta Pública será publicitada em Edital, que será afixado nos locais públicos de estilo e na página da internet do município, e em órgão de comunicação social, de grande tiragem regional, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis.

27. Esclarecimentos e visitas ao local:

1. Até ao termo do dia anterior fixado para apresentação de propostas, os interessados podem solicitar esclarecimentos sobre o procedimento e visitar o espaço em questão, melhor identificado na cláusula 2.ª supra.
2. Os esclarecimentos são solicitados por escrito e dirigido à Presidente da Câmara Municipal de Lagoa que os reencaminhará à Comissão.
3. As respostas serão dadas por escrito e por e-mail, que deverá ser providenciado pelo interessado no momento do envio do seu pedido de esclarecimento.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e as abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar e aprovar o procedimento de hasta pública para adjudicação do direito de exploração dos Bares da Festa Branca do Convento dos Frades, ao abrigo do disposto na alínea qq) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/5013 de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – ADENDA A CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM PRAZO CERTO

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a Proposta de Adenda ao Contrato de Arrendamento para Fins Não Habitacionais com Prazo Certo, que abaixo se transcreve, passando de seguida a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Martins Mota, atendendo que o mesmo tem a área do desenvolvimento económico para prestar os devidos esclarecimentos:

“Considerando que:

Em 23 de julho de 2015 foi celebrado, entre as Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. e a Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM (EML), contrato de arrendamento para fins não habitacionais com prazo certo – 26 anos -, sobre vários de terreno sitos à zona do Tecnoparque de Lagoa, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste concelho;

Entretanto, em cumprimento de imposição legal resultante do disposto no então “novo” Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, a referida EML foi dissolvida e, subseqüentemente, liquidado o seu património e integradas e internalizadas as respetivas atividades na Câmara Municipal de Lagoa-Açores.

Por conseguinte, a Câmara Municipal de Lagoa substitui a EML naquele contrato, tendo, assim, ocorrido, por imposição legal, a sua cessão da posição contratual;

Passados dois anos e meio sobre o início da execução dos efeitos daquele contrato, constataram-se que algumas cláusulas do carecem de atualização e alteração por forma a melhor salvaguardar o interesse público e a sua eficiência, um dos critérios do princípio da Boa Administração, previsto no artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo e que deve nortear toda a atividade administrativa;

Assim, por motivos de interesse público e na prossecução do princípio da Boa Administração – que deve nortear toda a atividade administrativa -, há agora necessidade de se alterar e adaptar alguns aspetos daquele contrato, nomeadamente alterar a sua cláusula décima terceira, precisamente para prever que a Autarquia possa denunciar a vigência do contrato de arrendamento, denúncia esta que pode ser parcial ou total. Ou seja, pode denunciar a vigência do contrato de arrendamento apenas quanto a um único e concreto lote, mais do que um ou até quanto a todos conjuntamente. Esta opção melhora a posição da Autarquia neste contrato pois permite desonerar-se, parcial ou totalmente, da sua vigência, em função dos seus supervenientes interesses.

As alterações aos contratos em curso, especialmente os de longa duração, são habituais e até desejáveis pois correspondem à sua atualização e compatibilização às circunstâncias de facto ou de direito entretanto ocorridas pois a realidade e a relação entre as partes é, por natureza, dinâmica.

Temos em que, atenta a recente troca de correspondência entre as partes sobre o assunto e, ao abrigo do disposto na linha i), do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se, para aprovação e subseqüente submissão a deliberação de Assembleia Municipal, a presente proposta de adenda ao Contrato de Arrendamento para Fins não Habitacionais com Prazo Certo infra concretizadas.

**ADENDA A CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM
PRAZO CERTO**

PRIMEIROS OUTORGANTES: PORTAS DA LAGOA – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DE LAGOA, SA, pessoa coletiva nº 512100772, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, com o capital social de 100.000,00€ e com sede no Largo D. João III, freguesia de Santa Cruz, concelho da Lagoa, neste ato representada pelo seu Administrador Único com poderes para este ato, Hélder Alberto Martins Fialho, portador do Cartão de Cidadão n.º 07703159, válido até 14/11/2020

E

SEGUNDO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA, Pessoa Coletiva de Direito Público nº 512 074 410, com sede no Largo D. João III, Santa Cruz, 9560-045 Lagoa (Açores), na qualidade de cessionária da posição contratual da EML por força do processo de internalização das respetivas atividades e liquidação do seu património, neste ato representado, nos termos do disposto no artigo 35.º, n.º1, alínea a), da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, pela Presidente da Câmara Municipal, Dra. Cristina de Fátima da Silva Calisto, portadora do Cartão de Cidadão nº 10842760, válido até 30/01/2018.

É feita, por mútuo acordo, a presente adenda ao mencionado CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM PRAZO CERTO, em que as partes acordam em alterar a Cláusula Décima Terceira que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Denúncia)

1. Ambos os outorgantes acordam, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 1110.º, n.º 1, do Código Civil, que, após cinco anos de vigência do contrato, a Segunda Outorgante pode denunciar, parcial ou totalmente, a sua vigência, ou seja fazendo cessar todos os seus efeitos apenas quanto a um único e específico lote ou a sua totalidade, desde que o faça com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.
2. A denúncia prevista no número anterior é efetuada mediante comunicação por carta registada com aviso de receção com a indicação do concreto ou concretos lotes cujo arrendamento se pretende fazer cessar e sem necessidade de indicação de qualquer motivo justificativo.
3. A denúncia prevista no presente artigo implica o pagamento das rendas devidas para o lote ou lotes em causa e objetos da denúncia até ao fim da vigência do arrendamento daqueles lotes nos termos comunicados e com a antecedência devida, embora não dê lugar ou confira direito ao pagamento ou recebimento de qualquer indemnização ou compensação pela celebração, execução e cessação, ainda que antecipada, da vigência do contrato.

4. O previsto nos números anteriores da presente cláusula não é aplicável aos lotes em que subsistam contratos de subarrendamento celebrados entre o Município de Lagoa e os seus respetivos subarrendatários.

Termos em que, é livremente acordado, reciprocamente aceite e reduzido a escrito o presente ADITAMENTO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM PRAZO CERTO, celebrado em 23 de julho de 2015, passando a fazer sua parte integrante, para todos os devidos e legais efeitos, nos seus termos e condições e cujo integral cumprimento as partes se obrigam, mantendo-se em vigor todas as restantes cláusulas e demais condições constantes do referido ADITAMENTO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM PRAZO CERTO.

Esta adenda é feita em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes.”

O Senhor Vice-Presidente informou que o documento apresentado, fora elaborado pelo Gabinete Jurídico da Autarquia, o qual propõe alterar a cláusula 13ª do Contrato de Arrendamento para fins não habitacionais com prazo certo, celebrado entre a Portas da Lagoa SA e a Câmara Municipal de Lagoa para os lotes do Tecnoparque. Expôs que existiu a necessidade de criar um maior equilíbrio na relação entre a Portas da Lagoa SA e a Câmara Municipal de Lagoa, na salvaguarda do superior interesse público e respeito pelos direitos e deveres de ambas as partes. Para tal torna-se importante garantir que findos cerca de 20% decorridos do prazo do contrato, ou seja passados cinco anos de vigência do mesmo, o Município possa dispor da faculdade de rescindir, se for seu interesse e vontade, o arrendamento de um lote específico ou mais do que um lote, desonerando-se do custo do respetivo arrendamento, desde que o mesmo ou os mesmos não estejam sujeitos a contrato de subarrendamento estabelecido pela autarquia, comunicando, para isso, nos termos do aditamento agora proposto, com uma antecedência de 180 dias.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou em que medida é que essa alteração defende os interesses do Município, pressupondo que a autarquia, denunciando o contrato parcialmente ou não, terá de fazer o pagamento imediato do valor total das rendas até ao final do contrato de arrendamento, contratualizado para 2041.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que a Autarquia denunciando o contrato com a antecedência de 180 dias, dará lugar à rescisão do mesmo e o Município desonera-se dessa obrigação relativa aos encargos a ter com esse lote ou lotes, desde que a comunicação seja feita decorrido o prazo de 5 anos após assinatura do contrato.

Acrescentou que, da forma como o contrato está celebrado, atualmente, a Autarquia não dispõe desse direito de rescisão. Existindo concordância e abertura por parte da Portas da

Lagoa SA para o aditamento, agora proposto, entende que é um passo que confere mais equilíbrio na relação entre as partes neste contrato de arrendamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que tem dúvidas que a redação do ponto 3 da cláusula 13 seja suficientemente clara e objetiva, sugerindo que o gabinete jurídico reformule o texto ou que se solicite uma segunda opinião a outro jurista de forma a garantir que no futuro, um outro jurista ao serviço da Portas SA possa fazer outra interpretação e argumentar que a Câmara tenha de pagar as rendas todas até ao fim do prazo do contrato em 2041, o que não traria nenhum benefício para o Município.

A Senhora Presidente da Câmara salientou que o que se pretende é ter a opção de rescisão do contrato, ao fim de 5 anos, comunicando devidamente com a antecedência de 180 dias, havendo lugar única e exclusivamente ao pagamento das rendas referentes ao prazo dos 180 dias, não havendo lugar a mais nenhum pagamento.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que compreende que a Câmara Municipal tem de ter confiança no seu gabinete jurídico, mas sugeria que se solicitasse uma segunda opinião jurídica de maneira a não restar quaisquer dúvidas sobre o teor da redação do ponto 3.

Acrescentou a Senhora Presidente que, no seu entender, a leitura da redação do ponto 3 parece-lhe ser óbvia e não lhe levanta qualquer dúvida, porque o parágrafo tem de ser lido no seu todo, contudo poderá questionar o gabinete jurídico sobre a necessidade de se alterar ou acrescentar mais alguma frase àquele texto.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira deixou expresso em ata a sua declaração de sentido de voto que a seguir se transcreve: “quero felicitar a iniciativa e o objetivo porque entende que esta é uma tentativa muito boa de suavizar o contrato em vigor. Não voto a favor nem contra por ter muitas dúvidas quanto ao contrato original, em termos jurídicos, por não concordar e discordar politicamente com o mesmo, porque entende que a Empresa Municipal de Lagoa foi desativada em 2013 e depois faz um contrato em 2015, o que politicamente não me parece nada correto. Contudo não quer dizer que com a evolução eu não mude de opinião, pois até posso chegar à conclusão que as minhas dúvidas não prevalecem. É nessa base que eu me abstenho nessa votação.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado quis deixar expresso em ata a sua declaração de sentido de voto que a seguir se transcreve: “Abstenho-me nessa votação, registando que enalteço o objetivo dessa alteração ao contrato que aliás vem ao encontro daquilo que é a nossa forma de pensar aquele investimento, criando desta forma outros mecanismos que permitam ao Município, no futuro, ter uma voz mais ativa para aquele espaço.

No entanto, a redação desta alteração ao contrato a mim deixa-me algumas dúvidas, se juridicamente, o Município, no futuro, terá capacidade de fazer valer aquela que parece a intenção desta alteração ao contrato.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e as abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar e aprovar a Adenda ao Contrato de Arrendamento para fins não habitacionais com Prazo certo, celebrado entre a Portas da Lagoa SA e a Câmara Municipal de Lagoa;

2.º Submeter à Assembleia Municipal para aprovação.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:

PONTO N.º 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 19 de abril do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 797.658,86 € (setecentos e noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e oitenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 7 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE – MARIA DE LURDES CABRAL DE OLIVEIRA

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Maria de Lurdes Cabral de Oliveira, residente na Canada das Mercês, n.º 13, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, na qualidade de proprietária de um prédio urbano, sito na Canada das Mercês, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, com a área de 2.555,00 m² com as seguintes confrontações: Norte – Hélio Bettencourt de Matos; Sul – Parque de Estacionamento; Nascente – Canada das Mercês e Poente – Ana Rita Cabral Paquete, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 1652 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 5196, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de uma parcela de terreno com a área de 2.265,00 m², que ficará a confrontar Norte – Hélio Bettencourt de Matos; Sul – Parque de Estacionamento; Nascente – Maria de Lurdes Cabral Oliveira e António Pedro Oliveira Soares e Poente – Ana Rita Cabral Paquete.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 46/2018- HM, de 23 de março do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

1. O prédio encontra-se instruído com elementos suficientes;
2. A pretensão está em conformidade com o disposto no n.º 4 e no n.º 6 do art.º 6.º do RJUE, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, pelo que não vemos inconveniente na emissão da certidão requerida.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

ENCERRAMENTO:

Todos os assuntos foram aprovados em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:20 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu *Luís Medeiros Bernardo*, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal, a redigi, subscrevo e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CRISTINA DE FATIMA SILVA CALISTO